



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

125 553
/m

**XX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa

-04.05.96

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta; do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente
Juiz DÉLVIO BUFFULIN
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
Juiz AMADOR PAES DE ALMEIDA
Dr. ANTONIO CARLOS VIANA DE BARROS-Membro da OAB



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

1

DIREITO DO TRABALHO

01. Sindicato. Venda de bem móvel de propriedade do sindicato. Exigências e possibilidades de recurso:

- a) aprovação por assembléia geral e sem possibilidade de nenhum recurso.
- b) aprovação por assembléia geral e com possibilidade de recurso ao Ministério do Trabalho em 15 dias.
- c) aprovação por assembléia geral e com possibilidade de recurso à DRT da Região em 08 dias.
- d) desnecessidade de aprovação via assembléia geral, mas com possibilidade de recurso para o Ministério do Trabalho em 15 dias.

02. Do tripulante marítimo. Cumulação de férias:

- a) possibilidade de cumulação de até dois períodos.
- b) possibilidade de cumulação de até três períodos.
- c) possibilidade de cumulação de até dois períodos com a concordância do trabalhador.
- d) o trabalho marítimo não admite a cumulação de períodos de férias, pena de o Armador ser condenado a pesadas multas.

03. Férias. Empresa que não concede férias e é condenada a concedê-las sob pena de pagamento de multa diária. Qual a providência administrativa imposta:

- a) imposição de pena diária de 05% do salário mínimo em favor da União.
- b) imposição de pena diária de 05% do valor referência em favor do trabalhador.
- c) cópia de sentença com trânsito em julgado será remetida ao órgão local do Ministério do Trabalho para fins de aplicação da multa.
- d) nenhuma providência é imposta.

04. Menor aprendiz: aprendiz menor de 14 anos. Recebimento de 13º salário:

- a) faz jus ao benefício.
- b) não faz jus ao benefício.
- c) faz jus parcialmente ao benefício.
- d) a lei expressamente excluiu o menor aprendiz de qualquer idade.

05. Químico. Exercício da profissão para brasileiro naturalizado:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

2
D. 55
6/11

- a) aprovação do diploma pelo Ministério da Educação.
- b) mediante exame comprobatório de capacitação por Universidade governamental.
- c) mediante a inscrição do diploma no órgão competente.
- d) o exercício da profissão de químico para brasileiros naturalizados está subordinado à prestação de Serviço Militar no Brasil.

06. Atleta profissional de futebol. Tempo à disposição do Clube:

- a) não existe determinação de disponibilidade podendo ser requisitado a qualquer hora e a qualquer momento.
- b) permanecerá à disposição do clube em jornada de oito horas e total de 44 horas semanais.
- c) permanecerá à disposição do clube durante 30 horas semanais.
- d) permanecerá à disposição do clube durante 30 horas semanais podendo esse total subir para 56 horas em havendo disputa de campeonato.

07. Jornalista. Trabalho em caso de força maior:

- a) poderá ser majorado em até oito horas mediante comunicação ao órgão competente.
- b) poderá a jornada estender-se até doze horas mediante comunicação ao órgão competente.
- c) mediante comunicação ao órgão competente, a jornada poderá estender-se de forma ilimitada.
- d) poderá a jornada estender-se em até doze horas.

08. Porto Organizado. Qual o conceito de porto organizado:

- a) o construído e aparelhado para atender às necessidades de navegação e de movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
- b) o construído e aparelhado para atender às necessidades de navegação e de movimentação e armazenagem de mercadorias e de pessoal, explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
- c) aquele que possui instalações portuárias, quais sejam, ancoradouros, docas, cais, pontes e piers de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, infra-estrutura de proteção e acesso aquaviário ao porto tais como guias-correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio que devam ser mantidas pela Administração do porto, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

3

- d) aquele construído e aparelhado para atender às necessidades de navegação (nacional e internacional) e movimentação e armazenagem de mercadorias e de pessoal, concedido ou explorado pela União, sob a jurisdição de uma autoridade portuária.

09. A Portaria nº 3626/91 normatiza para aquelas empresas que desenvolvem o seu mister fora do estabelecimento. O controle de jornada far-se-á:

- a) somente através de cartões-ponto ou folhas de presença devidamente assinados.
- b) somente através de cartões-ponto ou folhas de presença que não precisam ser assinados e que permanecem em poder do empregador.
- c) através de ficha, papeleta ou registro de ponto que ficará em poder do empregado.
- d) através de ficha, papeleta ou registro de ponto, devidamente assinados, que ficará em poder do empregador.

10. A Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 89, ratificada pelo Brasil e promulgada em 1957, proíbe o trabalho:

- a) do menor em casas de diversões noturnas.
- b) da mulher nas empresas industriais, de mineração e de construção.
- c) da gestante em ambiente insalubre ou perigoso.
- d) do menor aprendiz em jornada noturna.

PROCESSO DO TRABALHO

11. Sucumbente a empresa, parcialmente, recorre. Todavia a parte contrária, em contra-razões a esse recurso, invoca nulidade do processado por cerceamento de defesa e por vício de citação:

- a) correto o procedimento.
- b) possível acolher-se a nulidade por vício de citação, mas não por cerceamento de defesa.
- c) possível a nulidade por cerceamento de defesa, mas não por vício de citação.
- d) incorreto o procedimento.

12. Dissídio coletivo. Perigo de suspensão do trabalho. Instauração:

- a) a iniciativa é da Procuradoria.
- b) a iniciativa é da Presidência do Tribunal.
- c) a iniciativa é da associação sindical.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

4

d) a iniciativa é da associação sindical, federação ou confederação.

13. Acordo formalizado em juízo após a primeira proposta conciliatória. Formalidades exigidas:

- a) assinatura das partes e do Juiz Presidente.
- b) assinatura das partes, do Juiz Presidente e dos representantes classistas.
- c) assinatura das partes, do Juiz Presidente, dos representantes classistas e do Diretor de Secretaria.
- d) assinatura das partes e dos representantes classistas.

14. De conformidade com a lei trabalhista, os depoimentos das testemunhas serão resumidos por ocasião da audiência, pelo:

- a) Diretor de Secretaria.
- b) Diretor de Secretaria ou funcionário por ele designado.
- c) Juiz Presidente.
- d) por qualquer um dos juízes classistas.

15. Da possibilidade de "cumulação". Em caso positivo quais os requisitos exigidos:

- a) o processo do trabalho admite a ação plúrima, não a cumulação de ações.
- b) o processo do trabalho admite, desde que compatíveis os pedidos e que o juízo seja competente.
- c) o processo do trabalho exige que haja identidade de matéria e que sejam empregados de uma mesma empresa ou estabelecimento.
- d) o processo do trabalho admite a cumulação de pedidos contra várias empresas com empregados diversos, desde que haja identidade de matéria.

16. Empregado portador de estabilidade decenal fora despedido pela prática de falta grave. Inconformado, ajuizou ação contra a empresa pedindo a reintegração. A empresa contestou o pedido por escrito. Procedimento:

- a) juiz determinará de plano a reintegração.
- b) juiz instruirá o processo e julgará o pedido procedente ou improcedente.
- c) juiz determinará a reintegração até o efetivo julgamento do processo para que se não cause dano ao trabalhador. Ninguém é culpado até prova em contrário.
- d) a partir de 05.10.88, a reintegração não mais será possível.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

5

Ass 55
Cm

17. Proceceu-se à homologação dos cálculos sem que a executada fosse corretamente intimada para falar sobre eles. Sabe-se que os cálculos apresentam incorreções e excesso de execução. Sabe-se mais, que a executada desapareceu com o fundo de comércio, motivo pelo qual foram penhorados bens do sócio majoritário "Y". Qual o remédio processual a ser utilizado e qual a matéria argüível levando-se em conta que houve excesso de penhora?

- a) embargos à execução onde argüirá: ilegitimidade de parte, excesso de penhora, excesso de execução e erro nos cálculos.
- b) embargos de terceiro onde argüirá: ilegitimidade de parte, excesso de penhora, excesso de execução e erro nos cálculos.
- c) embargos à execução onde argüirá: excesso de execução e erro nos cálculos.
- d) embargos de terceiro onde argüirá: ilegitimidade de parte e excesso de penhora.

18. Consta da lei que "O juiz providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo". Qual a origem do preceito?

- a) consta da CLT.
- b) consta do CPC e tem aplicação subsidiária.
- c) é procedimento de origem doutrinária.
- d) é procedimento de origem jurisprudencial.

19. Bem gravado de direito real (hipoteca) foi penhorado e levado à praça. O maior lance alcançado foi de R\$ 10.000,00. O valor da hipoteca que pesa sobre o bem é de R\$ 15.000,00. O credor hipotecário compareceu e requereu a adjudicação. O exequente também pleiteou a adjudicação. O juiz deferiu a adjudicação ao credor trabalhista, cujo crédito era de R\$ 10.500,00. Indicar a alternativa correta:

- a) a adjudicação é nula, porque o bem hipotecado não pode ser objeto de penhora.
- b) a adjudicação é nula posto que a preferência é do credor hipotecário.
- c) correta a adjudicação deferida, mas o adjudicante adquire o imóvel com o gravame hipotecário.
- d) correta a adjudicação e o adjudicante recebe o imóvel expungido de qualquer ônus.

20. Execução. Objeto imediato e mediato:

- a) ação e sentença de mérito.
- b) sentença de mérito e liquidação.
- c) liquidação e penhora.
- d) penhora e transformação do bem em pecúnia.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

6

Pa 559
OM

21. Bem gravado com cláusula de inalienabilidade teve penhorados os seus frutos. Cuida-se de propriedade rural cafeeira com produção anual de 5.000 sacas cujo destino é prover a manutenção de filho solteiro e desquitado. Indicar alternativa correta:

- a) a penhora é inexistente.
- b) o bem não pode ser penhorado, mas podem os seus frutos.
- c) o bem não pode ser penhorado, mas podem os seus frutos naquilo que exceder ao necessário para o alimento.
- d) a penhora está correta.

22. Execução. Princípios da suficiência e da utilidade. Conseqüências:

- a) pelo princípio da suficiência, o executado deverá ter bens para garantir a execução. Pelo princípio da utilidade, esses bens devem estar disponíveis para serem levados à hasta pública.
- b) o princípio da suficiência pressupõe a possibilidade de abertura de concurso de credores e o da utilidade pressupõe o atendimento de todos os débitos reunidos pelo concurso de credores.
- c) pelo princípio da suficiência, o oficial não deverá penhorar mais bens do que o necessário a cobrir o débito e, pelo princípio da utilidade, o praxeamento deve ser suspenso quando, em havendo vários bens, o valor arrecadado já seja suficiente à cobertura do débito.
- d) pelo princípio da suficiência, o oficial deverá penhorar bens quantos bastem ao efetivo pagamento e, pelo princípio da utilidade, defesa será a penhora quando restar evidenciado que o produto da alienação será insuficiente ao pagamento de parte razoável do débito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23. Ministério Público. Conflito de competência suscitado pelo Ministério Público. Qual a qualidade de sua intervenção:

- a) custos legis.
- b) custos legis e interveniência.
- c) parte.
- d) terceiro interessado.

24. Qual o prazo para interpor e para contra-arrazoar apelação, recurso ordinário, recurso extraordinário e para interpor e contraminutar embargos infringentes e embargos de divergência?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

7

- a) apelação, ordinário e extraordinário - 15 dias
embargos infringentes e de divergência - 05 dias
- b) apelação ordinário, extraordinário, embargos infringentes e de divergência - 15 dias
- c) apelação, extraordinário e embargos de divergência - 15 dias
ordinário e embargos infringentes - 08 dias
- d) apelação, ordinário e extraordinário - 15 dias
embargos infringentes - 72 horas
embargos de divergência - 05 dias

25. Ao formular a defesa, a parte, preliminarmente, invocou e provou defeito na representação do autor. Conseqüência:

- a) a inicial será indeferida "in limine".
- b) o juízo dará prazo de 10 dias à parte para sanear a erronia.
- c) o juiz dará prazo de 15 dias à parte para sanar a erronia.
- d) o juiz dará prazo nunca superior a 30 dias para sanar a erronia.

26. Em que consistem os atos do juiz?

- a) em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
- b) em atos de audiência, atos executórios e atos decisórios.
- c) atos jurisdicionais e atos administrativos.
- d) em atos simples e atos complexos.

27. Decidido o feito em segundo grau, pendente de embargos, ocorreu a intervenção da União. Conseqüência:

- a) a competência se desloca.
- b) a competência não se desloca.
- c) a competência prevalece até o julgamento do recurso pendente.
- d) a intervenção da União torna nulos todos os atos decisórios anteriores.

28. A guarda e conservação de bens penhorados, arrestados, seqüestrados ou arrecadados serão confiados ao:

- a) depositário.
- b) administrador.
- c) depositário ou administrador.
- d) depositário, administrador e síndico.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

8

29. Proposta ação, verificou o juízo que a sentença de mérito a ser proferida dependerá do julgamento de outra causa e suspendeu o processo. Qual o prazo máximo da suspensão?

- a) seis meses.
- b) um ano.
- c) um ano e meio.
- d) tempo indeterminado.

30. Da iniciativa probatória do juiz. Existência de provas contraditórias:

- a) ao julgador cabe decidir de conformidade com o ônus da prova.
- b) pela publicização do processo e a socialização do direito, a busca da verdade real autoriza o julgador tomar iniciativas probatórias.
- c) o julgador de primeiro grau, em caso de perplexidade probatória, poderá complementar a prova. Após essa fase haverá preclusão.
- d) a complementação de prova, em caso de perplexidade probatória, poderá ser feita em qualquer fase já que a iniciativa probatória do juiz não se sujeita à preclusão.

31. Feito distribuído e não preparado no cartório terá a sua distribuição cancelada no prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.

32. A parte "A" ofereceu exceção de incompetência do juízo "Y" em favor do juízo "X". Posteriormente, suscitou exceção declinatória de foro com o juízo "Z":

- a) a parte que ofereceu exceção de incompetência no processo não pode suscitar exceção declinatória de foro.
- b) a parte que ofereceu exceção de incompetência no processo poderá suscitar também exceção declinatória de foro.
- c) a declinatória de foro com o juízo "Z" é perfeitamente válida.
- d) na exceção de incompetência já está contida a exceção declinatória de foro.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

9

33. A solidariedade societária mercantil no direito brasileiro:

- a) não admite preferência de ordens podendo o credor exigir e receber de um ou de todos os devedores a dívida comum.
- b) o credor só pode acionar a sociedade comercial, única responsável por suas obrigações em conformidade com o que dispõe o art. 20 do Código Civil.
- c) admite e expressamente prevê preferência de ordem determinando que primeiro sejam executados os bens da sociedade.
- d) deixa a critério do credor a execução da sociedade ou dos bens particulares dos sócios.

34. As ações sem valor nominal:

- a) como o próprio nome indica, não têm valor definido.
- b) o seu valor resulta da divisão aritmética do capital pelo número de acionistas.
- c) têm seu valor fixado no certificado.
- d) têm o seu preço fixado quando da constituição da companhia, ou em assembléia geral ou pelo conselho de administração, na eventualidade de aumento de capital.

35. Os livros comerciais:

- a) fazem prova *juris tantum* contra o autor.
- b) fazem prova *jure et de jure*.
- c) não estabelecem qualquer presunção contrária ao autor.
- d) têm restrito uso contábil.

36. O empregado eleito para cargo de direção em sociedade anônima:

- a) tem interrompido o contrato de trabalho.
- b) tem suspenso o pacto laboral.
- c) tem asseguradas todas as vantagens decorrentes das novas funções que se incorporam ao contrato de trabalho.
- d) tem extinta a relação de emprego com a investidura nas novas funções.

DIREITO CIVIL

37. O fiador não renunciou expressamente ao benefício de ordem. Quais as conseqüências, sabendo-se que o devedor foi declarado insolvente:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

10

- a) a insolvência abrange o fiador.
- b) o benefício de ordem garante ao fiador a nomeação como administrador.
- c) o benefício de ordem garante ao fiador preferência no crédito adquirido em razão da fiança.
- d) o fiador será executado em lugar do devedor.

38. Lugar de pagamento. Tradição de bem imóvel:

- a) no domicílio do devedor.
- b) no domicílio do credor.
- c) no lugar onde se situa o imóvel.
- d) no lugar onde deve ser passada a matrícula do imóvel.

39. O devedor em mora foi impedido de cumprir a obrigação por fatos resultantes de força maior. Conseqüências:

- a) deverá responder pelo valor da obrigação tão-somente.
- b) responderá pela obrigação mais perdas e danos.
- c) responderá somente pelas perdas e danos.
- d) está isento de qualquer responsabilidade.

DIREITO PENAL

40. "A" e "B" recebem de "C" coisa furtada. "A" tinha conhecimento de que a coisa era furtada. Todavia, "B" não tinha conhecimento da origem da coisa. Ambos vendem os respectivos objetos que lhes foram entregues. Indicar alternativa correta:

- a) ambos cometem o crime de apropriação indébita e "A" comete também o crime de favorecimento real.
- b) ambos cometem o crime de receptação e de apropriação indébita.
- c) "A" responde pelo crime de receptação e "B" pelo crime de apropriação indébita tendo como sujeito passivo o ladrão.
- d) "A" responde pelo crime de receptação e "B" pelo crime de apropriação indébita tendo como sujeito ativo o dono da coisa roubada.

41. Determinado sujeito, mediante violência ou grave ameaça, pretende que uma outra pessoa realize determinado comportamento para que ele obtenha uma devida vantagem econômica. Crime cometido:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

11

- a) estelionato.
- b) extorsão.
- c) exercício arbitrário das próprias razões.
- d) injúria consistente em violência.

42. Crime contra a Administração da Justiça. Advogado devidamente constituído retirou os autos em cartório e os reteve por 06 (seis) meses. Intimado para efetuar a devolução em 24 horas, fê-lo decorridos 05 (cinco) dias. Houve comunicação à OAB. Pergunta-se sobre a tipificação do crime ou de mera tentativa:

- a) a retenção dos autos deságua em cominações administrativas, passível de multa. Não há falar em crime ou tentativa.
- b) a retenção dos autos com posterior devolução, desatendendo a prazo assinado pelo juiz, tipifica a tentativa.
- c) a retenção dos autos com posterior devolução, ainda que desatendendo a prazo assinado pelo juiz, consubstancia o arrependimento eficaz.
- d) a retenção dos autos com devolução posterior ao prazo assinado pelo juiz tipifica crime.

DIREITO ADMINISTRATIVO

43. Dos atos normativos, jurisdicionais e administrativos. São atos de:

- a) autoridade.
- b) soberania.
- c) autoridade ou de soberania.
- d) autoridade e de soberania.

44. O ato administrativo tem imanente:

- a) a executoriedade e a coercibilidade.
- b) a executoriedade ou a coercibilidade.
- c) a executoriedade.
- d) a coercibilidade.

45. Do ato administrativo é correto dizer-se que:

- a) tem por fim realizar o interesse social.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

12

- b) age em campo abstrato ou *ad libitum* das preferências subjetivas ou ideológicas do administrador.
- c) tem fins sociais objetivamente consagrados no texto das leis as quais devem ser interpretadas como normas de vida e de cultura na plenitude de seu significado existencial.
- d) se mantém nos limites da oportunidade e da conveniência administrativa.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

46. Empregado liberado pelo INSS fora acometido da mesma doença 45 dias após a liberação. Conseqüências:

- a) a responsabilidade será do empregador posto que o prazo liberatório de responsabilidade seria após 60 dias.
- b) o empregador não terá nenhuma responsabilidade na forma da lei.
- c) o empregador será responsável pelos primeiros 15 dias após o que a responsabilidade será da Previdência.
- d) o empregador será responsável pelos primeiros 10 dias após o que a responsabilidade será da Previdência.

47. Trabalhador adquire doença degenerativa. Classificação:

- a) doença profissional.
- b) não será considerada doença do trabalho.
- c) acidente do trabalho.
- d) doença profissional que se equipara ao acidente do trabalho.

48. Aposentadoria. Contagem de tempo do serviço militar alternativo, devidamente concluído:

- a) um dia para cada oito.
- b) um dia para cada cinco.
- c) um dia para cada três.
- d) um dia para cada um.

DIREITO INTERNACIONAL



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

13

49. Carta rogatória. Quais as regras a serem obedecidas para a admissibilidade e cumprimento sabendo-se que para a hipótese não existe Convenção Internacional:

- a) envio através do Ministério da Justiça, depois de traduzida na língua do país que irá praticar o ato.
- b) através da via diplomática depois de traduzida na língua do país em que há de praticar o ato.
- c) através do Ministério de Relações Exteriores depois de traduzida na língua do país que irá praticar o ato.
- d) pelo princípio da soberania, em não havendo Convenção Internacional sobre a matéria, não haverá possibilidade de cumprimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

50. *Habeas Data*. Candidato barrado em concurso para juiz pretende que lhe sejam entregues as informações colhidas a seu respeito pelo Tribunal. Indicar alternativa correta:

- a) a pretensão é constitucionalmente protegida.
- b) a pretensão não é constitucionalmente protegida.
- c) a regra constitucional é programática.
- d) o *habeas data* não se presta a conseguir informações de cunho particular.

